

**GPC Participações S.A.**  
**(Em Recuperação Judicial)**

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2013 e 2012**

# **GPC Participações S.A. (Em Recuperação Judicial)**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais sobre o Grupo**

A GPC Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. (“GPC Química”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo principal a industrialização e comercialização de metanol, passando a priorizar a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol. A GPC Química possui uma unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME). Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Adicionalmente, possui três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária tendo em vista a crescente demanda nesta região. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas.

- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (“Apolo Tubos”) – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

- Apolo Tubulars S.A. – sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecimento ao mercado norte-americano.

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor") – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentro outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Adicionalmente a essas ações, é oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter celebrado contratos de médio e longo prazos que reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras.

## **2. Base de preparação e apresentação das principais práticas contábeis**

### **(i) Aspectos gerais**

As demonstrações financeiras deste exercício foram apreciadas e aprovadas pela Administração e Conselho Fiscal em 28 de março de 2014, as quais são apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB aplicável a demonstrações financeiras separadas* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas durante os ITRs e anualmente.

(ii) Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e controladas avaliaram as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final, concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

**Venda de produtos**

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

**Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como “Moeda Funcional” da Companhia e de suas controladas, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2013.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda

estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, ou seja, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor Justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais, acrescidos das correspondentes variações cambiais incorridas, e não requerem ajuste a valor presente por não contemplar juros embutidos.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de realização líquida. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Investimentos

Os investimentos nas controladas e coligadas foram avaliados nas demonstrações financeiras individuais da controladora pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 18. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças patrimoniais após a aquisição da participação societária nas controladas. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que a Companhia.

g) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e custo atribuído (valor justo) e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 11.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a controlada fica substancialmente com todos os riscos e os benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (considerando todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

i) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador e gastos para implementação dos mesmos são capitalizados e amortizados a taxa de 20% a.a. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do período como despesa, à medida que são incorridos.

j) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k) Outros ativos e passivos

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo seu valor de custo ou realização e por valor conhecido e calculável, respectivamente, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais.

l) Tributação

**Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo



ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

### **Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Quando da existência de base positiva, as provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário (quando aplicáveis), às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável no caso de imposto de renda, e de 9% de contribuição social.

Os adiantamentos de imposto de renda e de contribuição social efetuados durante o período (quando aplicáveis) são registrados no ativo circulante, e são compensados com o imposto de renda e a contribuição a pagar registrados no passivo circulante.

### **Imposto de renda e contribuição social – diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no período em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

m) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

A controlada indireta Copenor goza do benefício de redução de 12,5%, no período compreendido entre 01/01/2009 a 31/12/2013 do imposto de renda devido, e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a controlada goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

As subvenções federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da controlada como reserva de capital.

n) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

o) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **p) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

### **q) Demonstrações do valor adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas e como informação suplementar pelas IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado.

r) Prejuízo por ação

Prejuízo por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do prejuízo básico por ação é efetuado através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo exercício.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da diluição do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de prejuízo por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

s) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento, a qual a Companhia divulga na nota explicativa 28.

t) Ajuste a valor presente

A Companhia e controladas, em cumprimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 12 – Ajuste a valor presente, ajustam os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, a valor presente, quando aplicável. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas no Mercado Brasileiro.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

## **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

## **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis,

vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **Novas normas e interpretações adotadas**

Novas normas emitidas pelo IASB são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, tal como estabelecido na Nota 2 (Novas normas e interpretações) de nossas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia implementou as novas normas relacionadas às questões envolvendo subsidiárias e negócios em conjunto.

O IFRS 10 apresenta um modelo de controle único para determinar se uma investida deve ser consolidada.

Segundo o IFRS 11, a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja um fator importante, não é mais o fator principal do tipo de Negócio em conjunto.

### **IFRS 10 – Consolidação**

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 36 (R3), no qual define controle quando o investidor está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a(s) investida(s) e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida, diferentemente de anteriormente, quando controle era o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade de forma a obter benefício das suas atividades. Pelo modo que as investidas Apolo Tubulars S.A., Metanor – Metanol do Nordeste S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste e Senergen Energia Renovável S.A. operavam, tanto em sua forma legal, quanto sua forma operacional, não podíamos afirmar que tínhamos controle destas companhias.

### **IFRS 11 – Negócios em conjunto**

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, que determina que os empreendimentos que uma Companhia controla em conjunto com uma ou mais partes devem ser caracterizado como um Negócio em Conjunto e devem ser classificados como Operação em Conjunto ou Empreendimento Controlado em Conjunto (joint venture). Em uma Operação em Conjunto, as partes reconhecem seus ativos, passivos, receitas e despesas na proporção do interesse econômico das partes, enquanto que em um Empreendimento Controlado em Conjunto as partes reconhecem seus interesses neste negócio como investimento pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com esse pronunciamento, a diferença de classificação entre Operação em Conjunto e um Empreendimento Controlado em Conjunto se dá não só pela forma legal do negócio em conjunto, mas também pelos acordos contratuais entre as partes e outros fatos e circunstâncias, como a prestação de garantias pelas partes, independência perante aos seus acionistas e direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos do negócio.

### **CPC 18 - Investimento em coligadas, controladas e em empreendimento controlado em conjunto**

O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e controladas, além de definir os requisitos para a aplicação dos

método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

### **CPC 33 (R1/IAS 19) – Benefícios a Empregados**

O objetivo é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a este empregado.

### **CPC 45 / IFRS 12 – Divulgação de participação em Outras Entidades**

O objetivo é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre a participação em outras entidades. Dessa forma, permiti-se aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

### **CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo**

Basicamente determina novos critérios de divulgação para as mensurações a valor justo de saldos ativos e passivos da Companhia, como o nível hierárquico a que se enquadra o cálculo do valor justo, premissas de cálculo e análise de sensibilidade dos saldos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor.**

Algumas normas, emendas e interpretações do IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2013, e que poderiam afetar a Companhia, são elas:

IFRIC 21 – Orientações sobre o reconhecimento de um passivo oriundo de uma taxa impostada pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quanto aquelas em que a data e o valor da taxa são certos. Vigência 01/01/2014;

IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos : Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. Vigência 01/01/2014;

IAS 39 – Instrumentos Financeiros : Reconhecimento e mensuração direito de novação de derivativos e hedge accounting (emendas IAS 39): Introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de coberturas dos instrumentos financeiros derivativos. Vigência 01/01/2014;

Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros : Apresentação : Apresentar requerimentos para a compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 01/01/2014;

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros : Reconhecimento e Mensuração : Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 01/01/2015;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

## **2.1 Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras com aquelas anteriormente apresentadas.**



O impacto da adoção destas novas normas está demonstrado a seguir:

## I. Balanço reapresentado de 31 de dezembro de 2012

	Consolidado				Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado		Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	18.678	(2.854)	15.824	Fornecedores	52.422	(4.273)	48.149
Aplicações Financeiras	15.322	(12.565)	2.757	Empréstimos e financiamentos	157.838	(18.388)	139.450
Contas a receber	54.843	(14.275)	40.568	Impostos e taxas a recolher	51.032	(3.277)	47.755
Estoques	43.933	(16.136)	27.797	Provisão para férias	6.795	(1.657)	5.138
Impostos a recuperar	30.071	(14.562)	15.509	Dividendos e juros sobre capital próprio	113	-	113
Transações com partes relacionadas	1.898	1.266	3.164	Transações com partes relacionadas	3.445	(3.445)	-
Bens e direitos a realizar	4.404	-	4.404	Outras contas a pagar	14.142	(5.005)	9.137
Bens destinados a venda	11.435	-	11.435				
Outras contas a receber	8.480	(1.984)	6.496		285.787	(36.045)	249.742
	189.064	(61.110)	127.954	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	124.561	(17.270)	107.291
Contas correntes com empresas associadas	1.285	-	1.285	Contas correntes com empresas associadas	905	484	1.389
Adiant. para futuro aumento de capital - AFAC	2.571	7.998	10.569	Impostos parcelados	78.519	(8.839)	69.680
Impostos a recuperar	5.260	(4.143)	1.117	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	951	951
Impostos diferidos	4.573	(4.573)	0	Provisão para contingências	44.524	(2.257)	42.267
Bens e direitos a realizar	14.257	-	14.257	Outros exigíveis a longo prazo	4.978	1	4.979
Depósitos Judiciais	44.542	(1.712)	42.830		253.487	(26.920)	226.567
Outras contas a receber	1.333	1	1.334				
	73.821	(2.429)	71.392	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Investimentos</b>				Capital social	210.200	-	210.200
Imobilizado	434.248	(95.900)	338.348	Outros resultados abrangentes	68.091	-	68.091
Intangível	2.683	(2.02)	2.481	Prejuízos acumulados	(143.285)	-	(143.285)
	439.516	1.783	441.299				
	513.337	(646)	512.691	<b>Patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>	135.006	-	135.006
<b>Total do ativo</b>	702.401	(61.756)	640.645	<b>Acionistas não controladores</b>	28.121	1.209	29.330
					163.127	1.209	164.336
				<b>Total do Patrimônio líquido</b>			
					702.401	(61.756)	640.645
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			

## II. Demonstração do resultado reapresentado de 31 de dezembro de 2012

	Consolidado		
	31/12/2012		31/12/2012
	Originalmente apresentado	Ajustes	reapresentado
Vendas Líquidas	611.078	(144.964)	<b>466.114</b>
Custos dos produtos vendidos	(508.637)	108.251	<b>(400.386)</b>
Lucro bruto	102.441	(36.713)	<b>65.728</b>
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	(44.854)	13.159	<b>(31.695)</b>
Gerais e administrativas	(51.971)	8.695	<b>(43.276)</b>
Honorários dos administradores	(7.975)	2.493	<b>(5.482)</b>
Receitas financeiras	12.723	(1.962)	<b>10.761</b>
Despesas financeiras	(66.852)	6.892	<b>(59.960)</b>
Equivalência patrimonial	74	665	<b>739</b>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.359)	3.769	<b>(2.590)</b>
Lucro (Prejuízo) operacional	(62.773)	(3.002)	<b>(65.775)</b>
Contribuição social diferida	4.680	767	<b>5.447</b>
Imposto de renda diferido	13.041	2.090	<b>15.131</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício de operações em continuidade	(45.052)	(145)	<b>(45.197)</b>
Participação de não controladores	8.530	145	<b>8.675</b>
Prejuízo do exercício	(36.522)	-	<b>(36.522)</b>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$	-		<b>-</b>
Quantidade de ações ao final do período	-		<b>-</b>

### III - Demonstração do fluxo de caixa reapresentado de 31 de dezembro de 2012

	Consolidado		
	31/12/2012		31/12/2012
	Originalmente apresentado	Ajustes	reapresentado
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo do exercício	(36.522)	-	(36.522)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	17.671	9.484	27.155
Depreciações, amortizações e exaustões	31.222	(5.609)	25.613
Equivalência patrimonial	(74)	(665)	(739)
Valor residual de ativo permanente baixado	3.336	(2.712)	624
Juros s/imobilizações	(1.735)	-	(1.735)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(19.291)	(1.287)	(20.578)
Constituição (reversão) da provisão para contingências	(1.377)	89	(1.288)
(Reversão) constituição de provisão para devedores duvidosos	535	47	582
Outras receitas / despesas operacionais	477	-	477
Participação de acionistas não controladores	(8.530)	(145)	(8.675)
Total	(14.288)	(798)	(15.086)
(Aumento) diminuição nos ativos			
Contas a receber de clientes	10.182	(311)	9.871
Estoques	15.060	(6.772)	8.288
Impostos a recuperar	(962)	(4.079)	(5.041)
Outras contas a receber	22.407	(708)	21.699
	46.687	(11.870)	34.817
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores	16.782	1.963	18.745
Impostos, taxas e contribuições	7.830	2.129	9.959
Provisão de férias e encargos sociais	87	(466)	(379)
Outras contas a pagar	6.316	(13.793)	(7.477)
(Diminuição) aumento	31.015	(10.167)	20.848
Recursos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	63.414	(22.835)	40.579
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aumento em bens e direitos	10.680	-	10.680
Aplicação financeira	(2.077)	2.077	-
Investimentos	77	(77)	-
Imobilizado	(32.083)	8.007	(24.076)
Intangível	(220)	78	(142)
Recursos provenientes das (utilizados nas) atividades de investimento	(23.623)	10.085	(13.538)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento			
Financiamentos com partes relacionadas	-	(1.441)	(1.441)
Captação de empréstimos e financiamentos	219.271	(14.985)	204.286
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(268.624)	33.778	(234.846)
Recursos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamento	(49.353)	17.352	(32.001)
(Diminuição) Aumento em caixa e equivalentes	(9.562)	4.602	(4.960)
Caixa e equivalentes no início do período	28.240	(4.699)	23.541
Caixa e equivalentes no final do período	18.678	(97)	18.581
(Diminuição) Aumento em caixa e equivalentes	(9.562)	4.602	(4.960)

#### IV - Demonstração do valor adicionado reapresentado de 31 de dezembro de 2012

	Consolidado		
	31/12/2012		31/12/2012
	Originalmente apresentado	Ajustes	reapresentado
Geração do valor adicionado			
Receita de vendas, vendas canceladas, outras receitas	786.455	(182.402)	<b>604.053</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(629)	47	<b>(582)</b>
	<u>785.826</u>	<u>(182.355)</u>	<u><b>603.471</b></u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos	(495.555)	93.898	<b>(401.657)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(86.727)	32.176	<b>(54.551)</b>
	<u>(582.282)</u>	<u>126.074</u>	<u><b>(456.208)</b></u>
Valor adicionado bruto	203.544	(56.281)	<b>147.263</b>
Depreciações e amortizações	(31.222)	5.609	<b>(25.613)</b>
Valor adicionado líquido	<u>172.322</u>	<u>(50.672)</u>	<u><b>121.650</b></u>
Recebido de terceiros			
Resultado equivalencia patrimonial	74	665	<b>739</b>
Receitas financeiras	21.289	(1.987)	<b>19.302</b>
Outras	577	56	<b>633</b>
	<u>21.940</u>	<u>(1.266)</u>	<u><b>20.674</b></u>
Valor adicionado a distribuir	<u>194.262</u>	<u>(51.938)</u>	<u><b>142.324</b></u>
Distribuição do valor adicionado			
Colaboradores			
Remuneração direta	57.789	(13.288)	<b>44.501</b>
Benefícios	11.232	(5.878)	<b>5.354</b>
FGTS	2.001	(370)	<b>1.631</b>
	<u>71.022</u>	<u>(19.536)</u>	<u><b>51.486</b></u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	52.152	(16.806)	<b>35.346</b>
Estaduais	31.684	(8.305)	<b>23.379</b>
Municipais	620	(187)	<b>433</b>
	<u>84.456</u>	<u>(25.298)</u>	<u><b>59.158</b></u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	80.737	(6.623)	<b>74.114</b>
Aluguéis	1.440	(336)	<b>1.104</b>
Outras	1.659	-	<b>1.659</b>
	<u>83.836</u>	<u>(6.959)</u>	<u><b>76.877</b></u>
Remuneração de capital próprio			
Participação de acionistas não controladores	(8.530)	(145)	<b>(8.675)</b>
Prejuízo do exercício	(36.522)	-	<b>(36.522)</b>
	<u>(45.052)</u>	<u>(145)</u>	<u><b>(45.197)</b></u>
Valor adicionado distribuído	<u>194.262</u>	<u>(51.938)</u>	<u><b>142.324</b></u>

## V - Demonstração do resultado abrangente reapresentado de 31 de dezembro de 2012

	Consolidado		
	31/12/2012		31/12/2012
	Originalmente apresentado	Ajustes	reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	(36.522)	-	(36.522)
Mudança na participação do percentual em investida	(10.194)	10.194	-
Realização do custo atribuído	(3.720)	(10.194)	(13.914)
Resultado abrangente total	<u>(50.436)</u>	<u>-</u>	<u>(50.436)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:			
Acionistas controladores	(43.072)	(9.022)	(52.094)
Acionistas não controladores	<u>(7.364)</u>	<u>9.022</u>	<u>1.658</u>
Resultado abrangente total	<u>(50.436)</u>	<u>-</u>	<u>(50.436)</u>

### 3. Demonstrações contábeis consolidadas

As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, levando-se em consideração a adoção dos novos pronunciamentos (citados na Nota 2).

As Empresas controladas, direta ou indiretamente, e o percentual de participação da controladora compreendem:

	% Participação direta		Participação indireta					
	GPC		GPC Química S.A.		Apolo Tubos e Equipamentos S.A.		Metanor S.A.	
	Participações S.A.						Metanol do Nordeste	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	reapresentado		reapresentado		reapresentado		reapresentado	
Controladas diretas								
<b>Incluídas na consolidação</b>								
GPC Química S.A.	90,72	89,82	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	56,21	47,90	-	-	-	-	-	-
<b>Não incluídas na consolidação</b>								
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	28,44	28,44	16,76	16,76	-	-	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	0,01	0,01	0,25	0,25	-	-	-	-
Controladas indiretas								
Senergen - Energia Renovável S/A	-	-	40,00	40,00	-	-	-	-
Prosimt Agropecuária Ltda.	-	-	99,99	99,99	-	-	-	-
Apolo Tubulares S.A.	-	-	-	-	50,00	50,00	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	-	-	-	-	-	-	44,49	44,49

No processo de consolidação foram tomados os seguintes procedimentos:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da Companhia nas controladas contra os investimentos nas mesmas;
- Destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados consolidados da parcela correspondente à participação de acionistas não controladores.

	Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Controladora	42.093	135.006	31.663	(36.522)
Acionistas não controladores	10.664	29.330	(18.666)	(8.675)
Consolidado	52.757	164.336	12.997	(45.197)

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<b>Caixa e Bancos</b>				
Caixa	3	3	26	26
Banco do Brasil	-	-	69	37
Banco Bradesco S/A	-	-	75	428
Banco Itau S/A	-	1	1.281	3.315
Banco Banrisul S/A	-	-	1	186
Banco Fibra	-	-	16	765
Banco Daycoval S/A	-	-	203	1.234
Banco BBM S/A	-	-	-	784
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	2	14
Caixa Econômica Federal	-	-	1	4.404
Banco Prosper (a)	-	-	10	601
Banco Indusval	-	-	56	2
Bicbanco S/A	-	-	56	229
Banco Safra S/A	-	-	7	244
Banco Santander	-	-	7	7
Banco Panamericano S/A	-	-	-	103
Outros Bancos	-	1	506	502
	3	5	2.317	12.881
<b>Aplicações Financeiras</b>				
Outras aplicações	108	99	108	100
	108	99	108	100
<b>Total de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>111</b>	<b>104</b>	<b>2.425</b>	<b>12.981</b>
<b>Aplicações Financeiras ( b e c )</b>				
Planner Corretora	-	-	2.673	3.076
Banco Petra S/A ( d )	-	-	1.959	-
Outros	-	-	41	2.524
<b>Total Aplicações Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.673</b>	<b>5.600</b>

- (a) Em função da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Prosper pelo Banco Central do Brasil, o saldo de R\$ 10 mantido em conta corrente no Banco Prosper da Controlada Apolo Tubos e Equipamentos S/A, ficará indisponível até o final da pendência judicial;
- (b) As aplicações financeiras são operações de renda fixa de curto prazo, cerca de três meses ou menos, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxas que variam até 1% acima do CDI, nas quais a Corretora Planner S.A. é a instituição financeira intermediadora da operação.
- (c) Apesar das aplicações financeiras possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalentes de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado, a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como no aumento da carga tributária. As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas a valor justo e classificadas como disponíveis para venda. A Administração poderá ou não exercer a opção de resgate antes do vencimento. Esta opção se dará caso haja melhores alternativas de mercado. A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimentos; no entanto, diante de melhores alternativa, esta opção poderá ser exercida.

- (d) O saldo da aplicação informado pela instituição financeira foi utilizado na amortização do empréstimo junto ao Fundo BSPAR, gerando divergência entre o saldo contábil e o informado pela instituição financeira.

#### 4.1 – Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições. Tanto a GPC Química quanto a Apolo Tubos solicitaram em seu pedido de recuperação judicial a liberação destes recursos, que em 31 de dezembro de 2013 estavam composto da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Banco Indusval	22	-
Banco InterCap	111	-
Bic Banco	14	-
Banco Panamericano	8.448	-
Banco BBM	9.645	-
Banco Prosper	593	-
Banco Safra	4.006	-
	<b>22.838</b>	<b>-</b>



## 5. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
		reapresentado
Cientes no exterior	1.378	-
Cientes no país	48.135	45.188
<b>Factoring's</b>	<b>(41.520)</b>	-
Banco Daycoval	(6.250)	-
Lecca SFI S/A	(2.366)	-
Redfactor Factoring S/A	(16.916)	-
Kobold Fundo Investimento	(11.693)	-
Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A	(403)	-
KS Fomento Merc S/A	37	-
NA Fomento Merc Ltda	9	-
SMR Asset	(3.938)	-
Ajuste a valor presente	(123)	-
PECLD	(5.503)	(4.620)
	<u>2.368</u>	<u>40.568</u>

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

Adicionalmente a Administração constitui Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD baseada na análise individual de cada cliente, de forma a exercer um julgamento adequado dos saldos de difícil realização, atentando principalmente para os seguintes requisitos quando for aplicável:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- Torna-se provável que o devedor vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- alterações adversas no status do pagamento dos devedores do grupo (por exemplo, número crescente de pagamentos atrasados);e
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com os descumprimentos relativos aos ativos do grupo.

Segue a movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) durante o período:

Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	4.620
<b>( + ) Complemento de PECLD</b>	<b>1.885</b>
<b>( - ) Baixas Ocorridas</b>	<b>(1.002)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.503</b>

## 6. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Matérias-primas e embalagens <b>(a)</b>	5.526	5.686
Produtos em elaboração	1.660	1.569
Produtos acabados <b>(b)</b>	6.688	13.585
Almoxarifado de manutenção e reposição <b>(c)</b>	2.882	2.609
Importações em andamento	3.594	530
Estoque próprio em poder de terceiros	341	761
Estoque de terceiros <b>(d)</b>	3.025	1.554
Catalisadores	462	778
Outros estoques	497	725
(-) Provisão p/perdas <b>(e)</b>	(2.889)	-
	<b>21.787</b>	<b>27.797</b>

- (a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;
- (b) Os principais produtos acabados são compostos por metanol, residur ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições de alta rotatividade para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros consumíveis;
- (d) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais.
- (e) Do montante provisionado como perda em estoques o valor de R\$2.631 representam perda com itens obsoletos motivados pela operação descontinuada da planta de Benfica no Rio de Janeiro – RJ, destinada à produção de metanol e dimetiléter (DME), que teve seu processo interrompido em 30 de setembro de 2012 (nota 28).

## 7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado
PIS/COFINS	-	-	3.413	3.553
IPI	-	-	-	-
ICMS	-	-	9.242	8.094
IRPJ e CSLL	-	-	7	-
IRRF	3.289	3.507	4.936	3.792
OUTROS	-	-	736	1.188
	<b>3.289</b>	<b>3.507</b>	<b>18.334</b>	<b>16.626</b>
(-) Circulante	<b>3.289</b>	3.507	<b>17.397</b>	15.509
Não circulante	-	-	<b>937</b>	1.117

Na controlada GPC Química S.A. (unidade de Uberaba), o saldo credor acumulado de ICMS refere-se a insumos adquiridos fora do Estado de MG, com créditos de 12%, ao passo que 60% das vendas realizadas são beneficiadas pelo cliente Duratex S.A. com diferimento de ICMS na aquisição desses insumos por um decreto estadual. Durante o ano de 2012 a Companhia iniciou processo de compra de novos caminhões que se encontra em análise pelo órgão Estadual de Minas Gerais responsável pela aprovação da operação. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo acumulado desta unidade é de R\$ 2.745; Em 30 de setembro de 2012 a Unidade de Araucária/PR reconheceu o valor de R\$4.557 de crédito presumido de ICMS referente os exercícios de 2009 a 2012, que ocasionou saldo credor de ICMS em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$3.552 e o saldo em 31 de dezembro de 2013 desta unidade é de R\$ 1.294. Existem ainda R\$960 de ICMS a recuperar referentes ao site de Berfica.

A Controlada Apolo Tubos apresenta em seu balanço saldo de ICMS a recuperar na ordem de R\$4.243 em 31 de dezembro de 2013

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

## 8. Bens e direitos a realizar (consolidado)

O saldo de bens e direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	1.939	1.939
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
Blumen Empreendimentos e Participações Ltda.	-	816
	<b>3.588</b>	<b>4.404</b>
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	11.635	11.635
Créditos a receber – Polwax (b)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.651	1.652
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (c)	38.177	-
Créditos MC Kinley (c)	29.341	-
	<b>83.944</b>	<b>16.427</b>
(-) Provisão para perdas (b)	<b>(2.170)</b>	<b>(2.170)</b>
	<b>81.774</b>	<b>14.257</b>

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente. Até 31 de dezembro de 2012 foram recebidas três parcelas (uma parcela por ano) referentes aos créditos da União Federal, cujo saldo corresponde a sete parcelas de R\$ 1.939 (seis parcelas no longo prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a Companhia recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564;
- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) São referentes aos direitos creditórios adquiridos pela Companhia entre os exercícios findos de 31 de dezembro de 2001 e 2002, através de cessão das empresas McKinlay S.A. e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé, resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas cedentes contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café. Após a cessão a Companhia ingressou no pólo ativo das ações, habilitando-se a promover a execução das sentenças transitadas em julgado, entretanto, optou pela compensação administrativa destes créditos com débitos de tributos federais junto à Receita Federal do Brasil. Em dezembro de

2013, os pedidos de compensação (PER/DCOMP) ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, e considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009 (com a redação dada pela Lei Federal 12.865/2013), a Companhia decidiu incluir os débitos objeto de compensação no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, conforme mencionado na nota explicativa 16. Dessa forma, à Administração da Companhia optou por reconstituir aos seus ativos, os direitos creditórios contra a União nos montantes atualizados por correção legal de R\$ 29.341 e R\$ 38.177, adquiridos da McKinley e Guaxupé, respectivamente, os quais serão objeto de execução judicial através de petição apresentada nos próprios autos dos processos originários (Processos nº 97.0012544-0 e 91.0007964-2), consequentemente, após o recebimento dessa petição, o Juiz federal determinará a manifestação da União Federal, e a Companhia realizará a execução processual destes créditos de modo a resultar na expedição de precatório judicial.

A Administração da Companhia considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

## **9. Bens destinados a venda**

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013, os 3 (três) terrenos localizados na Avenida Brasil, 3.666, imediação, Bairro Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, registrados no montante de R\$205.485, apresentados como bens destinados a venda, serão alienados, e a quantia apurada, resultado da venda desses terrenos, conforme determinado pelo Juiz da recuperação será revertida para o pagamento dos credores constantes no citado plano de recuperação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia reavaliou os citados bens, conforme laudo de avaliação emitido pela empresa Cushman & Wakefield, cujo valor total aponta para R\$ 205.485, sendo registrado o valor de R\$ 174.662 no resultado do exercício como “ajuste a valor de mercado”, sobre este montante foi registrado imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 59.385 (nota 17.3). A avaliação foi realizada com base nas normas para avaliação de imóveis do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, em consonância com a lei federal nº

5.194 e pelas diretrizes da NBR nº 14.653 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando o método comparativo direto de dados de mercado, o qual identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos e dos elementos comparáveis e constituintes da mostra realizada, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” o terreno de Gravataí/RS no valor de R\$ 2.090 e caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido de R\$ 1.683.

<b>COMPOSIÇÃO DOS BENS DESTINADOS A VENDA</b>				
	<b>Rio de Janeiro - RJ</b>	<b>Gravataí - RS</b>	<b>Uberaba - MG</b>	<b>Total</b>
Saldo inicial em Dez/2012 (reapresentado)	9.345	2.090	-	11.435
Transf. Terrenos p/bens dest a venda (nota 11)	21.478	-	-	21.478
Correção (ajuste a valor mercado) (nota 22)	174.662	-	-	174.662
Caminhões para Bens para Venda	-	-	3.147	3.147
( - ) Renegociação Fretes	-	-	(1.464)	(1.464)
<b>Saldo final em Dez/2013</b>	<b>205.485</b>	<b>2.090</b>	<b>1.683</b>	<b>209.258</b>

## 10. Investimentos

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
			reapresentado	
Participações em empresas controladas	<b>75.998</b>	160.354	-	-
Syntax Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	<b>451</b>	415
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	<b>22.340</b>	20.243
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	<b>176</b>	160
Apolo Tubular's	-	-	<b>80.113</b>	77.906
Outros investimentos (*)	-	-	<b>63</b>	1.746
	<b>75.998</b>	160.354	<b>103.143</b>	100.470

(\*) Investimentos avaliados pelo custo.

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2013 da Metanor, Copenor e Apolo Tubular's, foram examinadas por outros auditores independentes.

a) Mutações nos investimentos durante o período

2013				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste
				Total
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	20.485	130.674	9.189	5
Equivalência patrimonial (Resultado)	(14.629)	(71.048)	1.320	1
Outros Resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>5.856</b>	<b>59.626</b>	<b>10.509</b>	<b>6</b>

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2013

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. - Metanol do Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	38.394	1.705.891	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	10.420	65.727	49.425
Prejuízo do período	(26.026)	(78.317)	4.640
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(14.629)	(71.048)	1.320

b1. Informações sobre investimento indireto - Senergen - Energia Renovável S.A. (não consolidada)

Em 29 de dezembro de 2004, através do instrumento particular de cessão de quotas, a GPC Química S.A. adquiriu o equivalente a 90% das quotas (33.541 com valor nominal de R\$256,98) da Senergen S.A. por R\$8.620.

Em 5 de outubro de 2009 a GPC Química S.A. alienou 50% de suas cotas de participação - 18.635 (dezoito mil, seiscentas e trinta e cinco) quotas do capital social da Senergen S.A. Fundada em 1989, a Senergen S.A. tem como principal atividade a pesquisa e o desenvolvimento de equipamentos, processos e produtos. Em 14 de outubro de 2013 a GPC Química alienou por R\$1 os 40% de suas quotas, deixando com isto de ter participação junto à Senergen. Por ocasião desta venda, foi reconhecido um resultado positivo em função da reversão da provisão do passivo a descoberto na ordem de R\$ 3.017. A provisão para perda de R\$(13.209) referente ao mútuo e ao AFAC já haviam sido provisionadas em 30 de setembro de 2013, conforme mencionado na nota 18 (b).

#### b.2 Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB) e a fabricação de formol.

A Companhia possui uma unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME). Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Berfica. Adicionalmente, possui três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária tendo em vista a crescente demanda nesta região. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas.

#### b.3 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

A controlada que tem por objetivo a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Sua unidade fabril está localizada na Pavuna - Rio de Janeiro e sua controlada Apolo Tubulars S.A. em Lorena - São Paulo. As duas plantas possuem uma capacidade instalada de produção de 200.000 toneladas/ano.

Em novembro de 2006, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A., vendeu parte de sua participação acionária na Apolo Mecânica e Estruturas Ltda. para a US Steel Corporation. Apolo Mecânica passou a se chamar Apolo Tubulars S.A.

Os recursos aportados pela US Steel Corporation foram utilizados na aquisição de novos equipamentos, no aprimoramento e na adequação em geral da unidade industrial, melhorando, em consequência, sua capacidade de produzir tubos soldados destinados à produção, exploração e condução de petróleo e gás.

A "Joint Venture" constituída é uma decorrência natural do sucesso da aliança comercial estratégica firmada entre Apolo e US Steel Corporation para o fornecimento de tubos ao mercado norte-americano. Com os novos investimentos a Apolo Tubulars fica integralmente capacitada a participar do



crescente mercado de fornecimento de tubos à indústria de petróleo e gás, especialmente no Brasil e na América do Sul. Além disso, o acesso da Empresa ao mercado norte-americano continua via a aliança, que permanece em vigor assegurando à US Steel Corporation direitos exclusivos de comercialização dos produtos da Apolo Tubulars na América do Norte. A Apolo Tubulars mantém registrado em 31 de dezembro de 2013, “Prêmio de Opções” flexível protegido por SWAP, contratado com a finalidade de eliminação de riscos, no montante de R\$14.694 , atualizado por 100 % do CDI.

#### b.4 - Informações sobre investimentos em coligada – Metanor e Copenor

Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

## 11. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado	
Terrenos	2 a 8	-	-	6.761	28.239
Imóveis	2 a 8	290	271	37.142	53.134
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	171.746	296.653
Móveis e utensílios	10	189	189	2.881	3.749
Veículos	20	-	-	950	7.752
Computadores e periféricos	20	83	81	4.054	6.326
Imobilizações em andamento	-	-	19	8.679	43.486
Outros	-	-	-	782	678
		562	560	232.995	440.017
Depreciação acumulada		(252)	(206)	(61.664)	(101.669)
		310	354	171.331	338.348

CONTROLADORA					
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Obras em Andamento	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>271</b>	<b>189</b>	<b>81</b>	<b>19</b>	<b>560</b>
Aquisições	-	-	2	-	2
Transferências	19	-	-	(19)	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>290</b>	<b>189</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>562</b>
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Obras em Andamento	Total
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(36)</b>	<b>(118)</b>	<b>(52)</b>	<b>-</b>	<b>(206)</b>
Depreciação no Período	(29)	(10)	(7)	-	(46)
Baixas	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(65)</b>	<b>(128)</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>(252)</b>
Em 31 de dezembro 2013	225	61	24	-	310
Em 31 de dezembro 2012	235	71	29	19	354

CONSOLIDADO									
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento (*)	Total
<b>Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)</b>	<b>53.134</b>	<b>296.653</b>	<b>3.749</b>	<b>7.752</b>	<b>6.326</b>	<b>678</b>	<b>28.239</b>	<b>43.486</b>	<b>440.017</b>
Aquisições	46	343	130	39	36	397	-	6.717	7.708
Juros s/obras em andamento	-	-	-	-	-	-	-	1.419	1.419
Baixas	(269)	(372)	(2)	(6.595)	(11)	-	(21.478)	(1.399)	(30.126)
Operação Descontinuada (Benfica)	(15.788)	(138.628)	(996)	(246)	(2.395)	(210)	-	(27.760)	(186.023)
Transferências (a)	19	13.750	-	-	98	(83)	-	(13.784)	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>37.142</b>	<b>171.746</b>	<b>2.881</b>	<b>950</b>	<b>4.054</b>	<b>782</b>	<b>6.761</b>	<b>8.679</b>	<b>232.995</b>
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos de Computação	Outros	Terrenos	Obras em Andamento	Total
<b>Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)</b>	<b>(12.155)</b>	<b>(79.590)</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(913)</b>	<b>(5.309)</b>	<b>(492)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(101.669)</b>
Depreciação no Período	(2.777)	(18.515)	(125)	(81)	(352)	(41)	-	-	(21.891)
Juros s/obras em andamento	-	(1.291)	-	-	-	-	-	-	(1.291)
Baixas	40	54	2	91	10	-	-	-	197
Operação Descontinuada (Benfica)	5.622	54.083	811	255	2.015	204	-	-	62.990
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(9.270)</b>	<b>(45.259)</b>	<b>(2.522)</b>	<b>(648)</b>	<b>(3.636)</b>	<b>(329)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(61.664)</b>
Em 31 de dezembro 2013	27.872	126.487	359	302	418	453	6.761	8.679	171.331
Em 31 de dezembro 2012 (reapresentado)	40.979	217.063	539	6.839	1.017	186	28.239	43.486	338.348

(a) A Companhia e suas controladas realizaram a análise dos indicadores de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 123.033 como provisão para operação descontinuada, como segue:

<b>Oper. Descontinuada</b>	
Custo	186.023
Depreciação	(62.990)
<b>Total</b>	<b>123.033</b>

## 12. Intangível

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b> reapresentado
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	<b>30.121</b>	30.121
Marcas e patentes	-	-	<b>259</b>	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	<b>938</b>	4.173
Outros	<b>1</b>	1	<b>239</b>	239
Amortização acumulada	-	-	<b>(30.734)</b>	(32.311)
	-	-	-	-
	<b>1</b>	1	<b>823</b>	2.481

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 1.546 como provisão para operação descontinuada, conforme mencionado na Nota 11.

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado
Fornecedores Nacionais	385	122	52.659	38.558
Fornecedores Estrangeiros	-	-	4.924	5.968
	<b>385</b>	<b>122</b>	<b>57.583</b>	<b>44.526</b>

Em 31 de dezembro de 2013 os principais fornecedores nacionais são: Araucária Nitrogenados S.A.(R\$7.756); Heringer S.A.(R\$4.654); Unifertil S.A.(R\$2.842); Haztec S.A. (R\$2.855), Rhodia Polia (R\$870), Adubos Trevo (R\$ 1.269) .

O aumento de 29,33% na conta de Fornecedores de Dezembro de 2012 para Dezembro de 2013, refere-se basicamente aos títulos em aberto em virtude da Recuperação Judicial solicitada pelas controladas GPC Química e Apolo Tubos em abril de 2013.

### 14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado
Em moeda nacional - são indexados pela TR + 3% a.a. em função da recuperação Judicial. (Concursais)	34.346	35.261	189.890	215.886
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 6% a 6,17% a.a. (Extraconcursais)	-	-	6.072	-
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais Libor e/ou juros que variam de 0,5% a 6,25% a.a.	21.498	17.808	38.076	30.855
	<b>55.844</b>	<b>53.069</b>	<b>234.038</b>	<b>246.741</b>
Parcelas de curto prazo	(36.811)	(26.558)	(155.888)	(139.450)
Parcelas de longo prazo	19.033	26.511	78.150	107.291

Algumas instituições financeiras relacionadas no Plano de Recuperação Judicial apresentaram saldos divergentes dos registrados contabilmente pela

Companhia, à equalização dessas diferenças se dará no decorrer do processo da Recuperação Judicial.

As parcelas em longo prazo consolidadas têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		reapresentado
2013	-	10.220
2014	<b>21.153</b>	51.914
2015	<b>25.433</b>	24.384
2016	<b>21.115</b>	18.842
Acima de 2017	<b>10.449</b>	1.931
	<b>78.150</b>	107.291

#### **Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)**

Em função da aprovação do Plano de recuperação Judicial mencionado, os empréstimos em moeda nacional dos credores concursais passaram a ser corrigidos pela TR + 3% a.a. Os demais empréstimos em moeda nacional extraconcursais são corrigidos pela CDI + juros que variam entre 6% a 6,17% a.a.

O endividamento dos credores relacionados no Plano de Recuperação Judicial será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no plano.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

<b>Em moeda Nacional (Concursais)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		reapresentado
Banco Prosper - CCB's	34.346	35.261
Banco Bic Banco	3.093	8.967
Banco Cruzeiro do Sul	2.371	4.154
Banco Itaú	7.061	7.376
Banco Safra	5.494	7.015
Banco Santander	40.829	41.247
Banco Panamericano	12.961	12.440
Banco Banrisul	13.842	16.702
Caixa Economica Federal	12.294	12.060
Banco Daycoval	303	5.215
Banco Fibra	10.278	10.047
Banco Indusval	2.328	2.604
Banco BBM	14.359	16.204
Banco Intercep	572	840
Banco HSBC	19.829	20.120
Outros	9.930	15.634
<b>Total</b>	<b>189.890</b>	<b>215.886</b>

<b>Em moeda Nacional (Extraconcursais)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		reapresentado
Banco Bic Banco	<b>3.418</b>	-
Banco Daycoval	<b>2.654</b>	-
<b>Total</b>	<b>6.072</b>	-

### **Empréstimos em Moeda Estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

<b>Estrangeira</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		reapresentado
Banco do Brasil (ACC)	<b>5.959</b>	7.900
Banco Cargil S/A	<b>4.773</b>	-
Banco HSBC - Finimp	<b>5.846</b>	5.147
IFC	<b>21.498</b>	17.808
<b>Total</b>	<b>38.076</b>	<b>30.855</b>

### **ACC**

Em 28 de fevereiro de 2012 a Controlada Apolo Tubos celebrou contratos de ACC no valor de US\$ 3,500 com o Banco do Brasil indexado pela variação cambial mais 13% ao ano originalmente com vencimentos em 26 de março de 2013. Este contrato vem sendo

renovado periodicamente e o saldo em 31 de dezembro de 2013 era de US\$ 2,539 Em abril de 2012, a Companhia celebrou ACC no valor de US\$ 3,000 com o Banco Cargill, sujeito à variação cambial mais 7,30% ao ano com vencimento previsto para abril de 2013 e cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de US\$ 1,910.

#### **FINIMP**

Em agosto de 2012, a Companhia obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. Esses recursos foram totalmente tomados e utilizados para quitação de financiamentos de importações, alongando o prazo destas operações em até 180 dias e reduzindo o custo financeiro. A variação cambial a qual esse tipo de empréstimo está exposto foi mitigada pela contratação de derivativo de câmbio, também com o HSBC.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

#### **International Finance Corporation (“IFC”)**

A Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. contrataram, em agosto de 2001, empréstimo com o IFC no valor de US\$ 35 milhões, sendo US\$ 9 milhões destinados à Companhia, US\$ 8 milhões à Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e US\$ 18 milhões à GPC Química S.A. Em 31 de dezembro de 2013 a dívida contra o IFC, corresponde tão somente a contratada pela Controladora.

Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as instalações industriais da unidade de metanol da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ..

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

	<b><u>GPC Participações</u></b>
Saldo em 31/12/2012	<u>17.808</u>
Variação cambial	2.661
Juros	1.329
Amortização	<u>(300)</u>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b><u>21.498</u></b>

## 15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	Adições	31/12/2013
			reapresentado		
Trabalhista e Previdenciário	-	-	989	-	989
IPI	-	-	849	-	849
Pis	781	781	6.604	532	7.136
Cofins	3.599	3.599	30.428	2.455	32.883
Outros	55	55	3.397	157	3.554
	4.435	4.435	42.267	3.144	45.411

### Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2012	Adições	31/12/2013	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
				reapresentado			
Depósitos Judiciais	4.440	17	4.457	42.830	3.880	(8)	46.702
	4.440	17	4.457	42.830	3.880	(8)	46.702



## **Natureza dos casos**

### Processos trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2013 possui o montante de R\$ 2.223 (consolidado) de casos considerados possíveis de perda, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

### Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de dezembro de 2013 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no exercício de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributados à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de dezembro de 2013 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores mensais são depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 36.299 até 31 de dezembro de 2013.

### Reversões no exercício de 2012

A controlada Apolo Tubos reverteu provisão de ICMS no montante de R\$ 3.728 em virtude de sua adesão ao Refis Estadual.

**15.1 – Passivos contingentes, que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstrados abaixo:**

Natureza	Controladora	Consolidado
	Possível	Possível
Trabalhistas / Previdenciárias	1.503	4.836
Cível	-	19.855
Tributária	-	52.505
	<b>1.503</b>	<b>77.196</b>

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamações trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a alto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS exigidos através de certidão de dívida ativa.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando a execução de multa por descumprimento contratual.

## 16. Impostos e taxas a recolher

### Impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			reapresentado	
Impostos parcelados				
PIS	-	15	1.689	1.247
COFINS	-	32	7.390	5.734
Imposto de Renda	748	810	859	1.256
Contribuição Social	285	308	1.468	431
IPI	-	-	30.641	25.795
INSS	131	36	8.107	6.474
Total de Parcelamentos Ordinários Federais (a)	1.164	1.201	50.154	40.936
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (b)	-	-	21.521	25.976
REFIS (c)	-	-	27.984	30.994
REFIS IV ( d )			76.055	-
Outros	-	-	3.047	2.887
	<b>1.164</b>	<b>1.201</b>	<b>178.761</b>	<b>100.793</b>
Parcela do circulante ( e )	(535)	(328)	(48.128)	(31.113)
Não Circulante	<b>629</b>	<b>873</b>	<b>130.634</b>	<b>69.680</b>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos entende que os parcelamentos tributários inscritos no Refis (c), bem como parcelamentos ordinários dos diversos impostos federais, junto à SRF (a), e parcelamento de ICMS, junto à Secretaria de Fazenda dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná (b) referente a controlada GPC Química S.A., no montante de R\$ 62.433 mil, encontram-se no âmbito do seu Plano de Recuperação Judicial, não sendo os mesmos exigíveis no curto prazo na sua totalidade, face aos atrasos, no pagamento das parcelas, considerando que o Plano de Recuperação da Companhia, contempla a ampliação e readequação do fluxo de caixa de pagamentos dos citados parcelamentos, de forma que continuem com previsão de longo prazo.

- (a) Trata-se de adesão a parcelamentos ordinários junto à Secretaria da Receita Federal dos diversos impostos federais da Companhia e de suas controladas GPC Química S.A e Apolo Tubos e Equipamentos S.A..
- (b) Refere-se aos débitos de ICMS apurados e parcelados junto à Secretaria de Fazenda dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, referentes às atividades das unidades das controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. localizadas nestes estados;
- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de dezembro de 2013:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673	32.158	70.831
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105	3.274	5.379
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal ( 25% de R\$ 65.968 )	(16.492)	(12.302)	(28.794)
(-) Utilização de Base Negativa ( 9% de R\$ 13.810 )	(1.243)	-	(1.243)
(+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11	659	1.025	1.684
(-) Antecipações pagas	(7.957)	(72)	(8.029)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11	(3.324)	(1.166)	(4.490)
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>12.421</b>	<b>22.917</b>	<b>35.338</b>
(+) Atualização selic ano 2012	730	1.552	2.282
(-) Pagamento das parcelas ano 2012	(4.755)	(1.871)	(6.626)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>8.396</b>	<b>22.598</b>	<b>30.994</b>
(+) Atualização selic de Jan/13 a Dez/13	359	1.275	1.634
(-) Pagamento das parcelas de Jan/13 a Dez/13	(2.663)	(1.981)	(4.644)
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>6.092</b>	<b>21.892</b>	<b>27.984</b>

- (d) Em 2013 foi reaberto o prazo para as empresas aderirem ao REFIS instituído pela Lei 11.941/2009. A Companhia optou pela adesão incluindo débitos em discussão com a Receita Federal com baixa probabilidade de êxito e débitos oriundos de compensações pendentes de homologação junto a Receita Federal. Adicionalmente, à Administração da Companhia, amparada na opinião dos seus Assessores jurídicos, considerando que os pedidos de compensação (PER/DCOMP) ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, bem como os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela citada Lei

11.941/2009, decidiu incluir os débitos objeto de compensação referente aos direitos creditórios contra a União nos montantes de R\$ 29.341 e R\$ 38.177, adquiridos das empresas, McKinley S.A. e da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé, no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (nota 9).

- (e) Os valores de R\$48.292, R\$31.113 referentes à parcela de curto prazo encontram-se classificados no passivo circulante, na rubrica “Impostos e taxas a recolher”.

### **Impostos correntes e não parcelados**

A controlada GPC Química possui registrada em seu passivo circulante, impostos correntes vencidos e não parcelados em dezembro de 2013 o valor de R\$ 33.981, tendo como principal o valor de R\$ 23.253 e em dezembro de 2012 o valor de R\$ 12.194 tendo como principal o valor de R\$ 10.540, conforme composição abaixo:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
COFINS	2.933	759
ICMS	15.552	9.862
INSS	2.354	909
IPI	12.456	488
PIS	503	174
OUTROS	182	2
	<u>33.981</u>	<u>12.194</u>

## 17. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

### 17.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
		reapresentado
Prejuízos fiscais a compensar	<b>162.737</b>	129.373
Provisões para perdas de ativos	<b>6.398</b>	6.398
Base de cálculo	<b>169.135</b>	135.771
Alíquota	<b>25%</b>	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	<b>42.285</b>	33.943
Base negativa de contribuição social	<b>214.985</b>	181.621
Provisões para perdas de ativos	<b>6.398</b>	6.398
Base de cálculo	<b>221.383</b>	188.019
Alíquota	<b>9%</b>	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	<b>19.924</b>	16.922
Total dos créditos tributários (1) + (2)	<b>62.209</b>	50.865

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A controlada GPC Química S.A. conforme aprovado pela Secretaria da Receita Federal utilizou parte do seu prejuízo fiscal - R\$65.968 e base negativa de contribuição social - R\$13.810 para amortizar o parcelamento do Refis consolidado em Junho de 2011. Desta forma, a Administração da controlada com base no estudo econômico anteriormente aprovado revisou os impostos diferidos ativos com base no prejuízo fiscal e base negativa ajustados e registrou a parcela não constituída no montante de R\$28 milhões.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2007	22.862	56.660
2009	17.191	35.640
2011	32.345	32.346
2012	56.973	56.973
2013	33.366	33.366
	<b>162.737</b>	<b>214.985</b>

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2014.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	Consolidado
2014	858
2015	29.786
2016	1.011
2017	2.557
2018	3.665
2019	3.689
2020	3.573
Após 2020	17.070
	<b>62.209</b>

## 17.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
Contribuição social:				
Corrente	-	-	-	-
Diferida	<b>235</b>	136	<b>(12.218)</b>	5.447
	<b>235</b>	136	<b>(12.218)</b>	5.447
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	<b>654</b>	379	<b>(33.956)</b>	15.131
	<b>654</b>	379	<b>(33.956)</b>	15.131

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(93.803)	(37.037)	59.171	(65.775)
Alíquotas oficiais	34%	34%	34%	34%
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	31.893	12.593	(20.118)	22.363
Equivalência patrimonial	(28.681)	(10.176)	361	210
Reversão de provisões	-	-	70.529	(972)
Ganho (perda) Variação Cambial	(889)	(515)	(1.493)	(981)
Outros ajustes	(301)	(39)	(9.334)	(447)
Outras exclusões	5	6	310	582
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	(1.138)	(796)	(86.429)	380
Resultado no período	889	515	(46.174)	20.578

### 17.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja, qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				reapresentado
<b><u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>				
Contribuição social				
Atualização dos ativos	-	-	28.763	13.184
Variação cambial pelo regime de caixa	307	542	174	531
	307	542	28.937	13.715
Imposto de renda				
Atualização dos ativos	-	-	79.897	36.625
Variação cambial pelo regime de caixa	852	1.505	500	1.476
	852	1.505	80.397	38.101
<b>Total</b>	<b>1.159</b>	<b>2.047</b>	<b>109.334</b>	<b>51.816</b>

#### 17.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

Na Controladora:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Contribuição social	307	542
Imposto de renda	852	1.505
Total	1.159	2.047

No Consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 reapresentado
<b><u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u></b>		
Contribuição social	28.937	13.715
Imposto de renda	80.397	38.101
<b>Total (1)</b>	<b>109.334</b>	<b>51.816</b>
<b><u>2 - Impostos diferidos ativos</u></b>		
Contribuição social	(19.924)	(16.922)
Imposto de renda	(42.285)	(33.943)
<b>Total (2)</b>	<b>(62.209)</b>	<b>(50.865)</b>
<b>Impostos diferidos líquidos (1) + (2)</b>	<b>47.125</b>	<b>951</b>
<b>Impostos diferidos líquidos - Passivo Não Circulante</b>	<b>47.125</b>	<b>951</b>

#### 17.5. Considerações sobre a MP 627 e IN 1397

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que, dentre outros assuntos, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15, da Lei nº 11.941/2009, e altera a legislação relacionada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).



A MP ainda revoga diversos dispositivos da legislação tributária, a partir de 1º de janeiro de 2015, que em sua maioria possuem discussão pendente ou de certa forma questionável no âmbito judicial e/ou administrativo. A MP entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto para os seguintes assuntos:

- a) disposições relativas à revogação do RTT e seus aspectos de adaptação, para os anos-calendário 2008 a 2013, cujas determinações foram amplamente manifestadas pela RFB na Instrução Normativa nº 1.397 de 2013;
- b) possibilidade de opção pelos efeitos da revogação do RTT a partir de 1º de janeiro de 2014, em relação ao arts. 1º a 66 da referida MP; e
- c) alterações relativas ao parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional.

Optando pela aplicação da nova legislação (afastamento do RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção será irretratável e sujeitará os contribuintes às disposições dos artigos 1º a 66 da referida MP e às revogações previstas no artigo 99 da MP. A MP também permite a opção da adoção das novas regras para a tributação em bases universais (artigos 72 a 91), que também será irretratável e sujeitará o contribuinte às novas determinações da legislação.

Atualmente a MP encontra-se em discussão no congresso nacional, onde já foram apresentadas mais de 500 emendas ao texto original. A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP 627 e IN 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. A Administração acompanhará as possíveis alterações que o texto dessa MP sofrerá até sua conversão em lei para decidir quanto a adesão optativa para o ano calendário de 2014, bem como, novas manifestações da RFB sobre os demais procedimentos que devem ser atendidos pelas empresas.

## **18. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	-	-	34.334	35.644	11	-	-	-	2.317	8.318
GPC Química S/A (b)	-	206	-	-	-	-	12.906	8.584	1.752	-
<b>Total</b>	-	206	34.334	35.644	11	-	12.906	8.584	4.069	8.318

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contrato de mútuo com valor de até R\$ 20.000 com a controlada Apolo Tubos que deverá ser quitado até 22 de maio de 2015. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 20.000 vencível contra apresentação. Também durante o ano de 2010, no dia 21 de dezembro, foi celebrado outro contrato de mútuo com valor de R\$ 9.000, nos mesmos moldes do contrato anterior e com vencimento em 21 de dezembro de 2015. O valor transferido atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 32.073 (em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 33.508). Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve novos aportes com contratos de mútuo, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.261 (em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.136).
- b) Os valores de R\$ 12.906 e R\$ 8.584 em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a pagar respectivamente correspondem a contrato de mútuo.

No consolidado:

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	reapresentado		reapresentado		reapresentado		reapresentado		reapresentado	
Contratos de mútuo (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda	-	-	1.576	1.285	-	-	-	-	7	10
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	-	-	6.090	1.773	-	-	-	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	-	3.164	18.240	18.240	-	-	-	-	181	25
Apolo Tubular's S/A (d)	-	-	-	702	-	1.850	2.149	989	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	407	410	-	-
	-	3.164	31.206	31.617	6.090	3.623	2.556	1.399	188	35
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	-	-	(18.240)	(8.373)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	3.164	1.576	11.854	6.090	3.623	2.556	1.399	188	35

- (a) O valor de R\$11.390 refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores do ativo circulante referem-se mútuo a receber pela GPC Química; e o valor no ativo não circulante refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240 e provisão para perdas no montante de (18.240), considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.  
Em outubro de 2013 a Companhia alienou sua participação na Senergen, com impacto positivo de R\$ 3.017 relativos à reversão da provisão para perdas em investimentos.
- (c) O valor de R\$ 6.090 em dezembro de 2013, R\$ 1.773 em dezembro de 2012 referem-se ao saldo a pagar a Copenor devido pela GPC Química, referente a faturas em aberto.

- (d) O valor de R\$ 2.149 em dezembro de 2013 e R\$ 989 em dezembro de 2012, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a sua Controlada Apolo Tubos.

## **19. Patrimônio líquido**

### **19.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2012) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

### **19.2. Reserva estatutária**

De acordo com o estatuto da Companhia, anualmente será constituída uma reserva estatutária, não inferior a 25% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a parcela correspondente à reserva legal, com finalidade de aporte de recursos a empresas em cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Essa reserva não excederá 80% do capital social.

### **19.3. Dividendos**

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

### **19.4. Outros resultados abrangentes**

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

Em 28 de dezembro de 2012 foi aprovada a capitalização da GPC Participações nas controladas GPC Química no valor de R\$25.703, sendo destinados R\$4.848 como aumento do capital social e R\$20.855 como reserva de capital; e Apolo Tubos no valor de 23.165, sendo R\$ 4.462 de capital e R\$ 18.703 de reservas de capital. Com esta capitalização foi alterado o percentual de participação da Companhia nas controladas, passando de 89,82% para

90,72% na GPC Química e de 47,90% para 56,21% na Apolo Tubos, o que resultou em registro em Outros Resultados Abrangentes da perda ocorrida na mudança no percentual de participação, no valor de R\$ 1.314 na GPC Química e R\$ 8.880 na Apolo Tubos.

#### 19.5. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

<b>Apuração do resultado básico por ação</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
		reapresentado
Numerador		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	<b>(92.914)</b>	(36.522)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>358.849.702</b>	358.849.702
Resultado básico por ação	<b>(0,26)</b>	(0,10)

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

## 20. Receita líquida no Exercício

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta de dezembro de 2013 e 2012 :

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
	reapresentado	
<u>Segmento de metanol (a)</u>		
Receitas de vendas de metanol produzido	8.665	52.709
Receitas de vendas de metanol adquirido de terceiros	2.535	24.240
	11.200	76.948
 <u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	216.511	277.558
Receita de vendas de compensados	37.624	43.512
Receita de vendas de tratamento de pisos	9.969	10.116
 <u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	158.017	181.266
 Outras receita de vendas de diversos produtos	13.160	9.906
 <b>Receita bruta de vendas</b>	<b>446.482</b>	<b>599.306</b>
 Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(909)	(3.782)
ICMS sobre vendas	(40.839)	(56.875)
PIS e COFINS sobre vendas	(36.805)	(50.174)
IPI sobre vendas	(18.646)	(22.362)
 <b>Receita operacional líquida</b>	<b>349.282</b>	<b>466.114</b>

( a ) Conforme divulgado na nota 28.

## 21. Resultado financeiro no Exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras				reapresentado
Juros	(5.579)	(7.159)	(62.831)	(42.397)
Variações monetárias passivas	-	-	(1.952)	(2.003)
Variações cambiais passivas	(4.987)	(3.838)	(10.954)	(11.272)
Outros	(203)	(29)	(3.167)	(4.288)
	<u>(10.769)</u>	<u>(11.026)</u>	<u>(78.904)</u>	<u>(59.960)</u>
Receitas financeiras				
Juros	2.317	8.350	1.156	1.613
Variações monetárias ativas	246	240	274	331
Variações cambiais ativas	2.326	2.313	5.781	6.821
Outros	14	19	1.243	1.995
	<u>4.903</u>	<u>10.922</u>	<u>8.455</u>	<u>10.761</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.866)</u>	<u>(104)</u>	<u>(70.449)</u>	<u>(49.199)</u>

## 22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no Exercício

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
		reapresentado
Credito presumido de ICMS	4.214	4.296
Credito presumido de ICMS Extemporâneo	-	4.557
Reversão de provisão para contingências	(157)	(726)
Ganho/Perda na Alienação de Investimentos	(1.631)	(302)
Ganho/Perda na alienação do imobilizado	(647)	1.139
Despesa com ociosidade (a)	(8.519)	(2.598)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(248)	(208)
Compensação INSS (Folha)	3.365	591
Contingência estadual (Apolo)	-	3.729
Refis (Apolo)	-	2.358
Auto de Infração - ICMS (Apolo)	-	(3.049)
IPTU 2004/2005 (Benfica)	-	(2.269)
Multa / Juros refis IV (b)	5.865	-
Multa sobre impostos (b)	(5.724)	(5.638)
Perda Divida Contraída ( c )	2.276	-
Perda AFAC Senergem (d)	(9.867)	-
Perda Mutuo Senergem (e)	(3.342)	-
Perda Invest Suconor (f)	(1.679)	-
Ajuste valor Mercado ( Terreno GPCQ - Benfica) (g)	174.662	-
Creditos Guaxupe e MC Kinley (GPCQ) (h)	52.856	-
Inclusão débitos refis IV (i)	(49.532)	-
Perda itens Obsoletos GPCQ (Benfica) (j)	(2.631)	-
Nota Débito Apolo Tubular's	(1.365)	-
Baixa IRRF não aproveitado	(839)	(1.640)
Outras Líquidas	(1.324)	(2.830)
	<u>155.733</u>	<u>(2.590)</u>

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontrava desativada;(nota 28)
- (b) Trata-se de atualização de débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A, que são liquidados ou parcelados; além do desconto da multa e juros pela adesão ao Refis IV.(nota 17)
- (c) Reversão líquida da dívida contraída junto à Ultragaz com base no descumprimento de contrato entre a Ultragaz e a GPC Química, conforme cláusula 3.8 do mesmo.
- (d) Provisão para perda referente saldo de AFAC da Senergem, por não termos expectativa de recebimento deste valor.(nota 18)
- (e) Provisão para perda o mútuo a receber da Senergem, por não termos expectativa de recebimento deste valor.(nota 18)
- (f) Valor refere-se a provisão para perda dos 50% restantes do investimento mantido com a Suconor.
- (g) Ajuste a valor de mercado em dezembro de 2013 foi registrado o valor de R\$174.662 como ajuste a valor de mercado conforme laudo de avaliação da empresa Cushman & Wakefield, sobre este valor foi registrado um passivo fiscal diferido na ordem de R\$59.385, conforme mencionado na Nota 9 e 17 IR/CS.
- (h) Créditos Guaxupe e MC Kinley São referentes aos direitos creditórios adquiridos junto a McKinlay S/A e da Cooperativa regional dos Cafeicultores de Guaxupé ,resultantes do trânsito em julgado de ações de repetição de indébito movidas pelas cedentes contra a União Federal (processos nº 97.0012544-0 e 91.0007964-2), relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café. A GPC Química optou por promover a compensação administrativas destes créditos junto à RFB, via PER/DCOMP com débitos de tributos federais da empresa. Em dezembro de 2013, as PER/DCOMP ainda se encontravam pendentes de decisão final da RFB quanto à homologação ou não das compensações realizadas, e considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009, a GPC Química decidiu incluir os débitos objeto de compensação no REFIS. Como consequência, os créditos adquiridos da McKinley e Guaxupé deverão ser objeto de execução junto à Justiça Federal, a fim de que sejam restituídos à empresa via precatórios os valores ali consignados.(nota 8)
- (i) Na reabertura do Refis foram incluídos todos os débitos oriundos das compensações via PER/DCOMP referentes aos tributos Federais, que haviam sido compensados com créditos adquiridos das Empresa McKinley e Guaxupé e outros débitos que ainda estavam pendente de homologação junto à RFB em dezembro de 2013, assim, à administração optou por, considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009, incluir no Refis os débitos objeto destas compensações.(nota 17)

- (j) Foi registrada uma provisão para perda de R\$2.631 com itens obsoletos que estavam registrados no estoque da Planta de Berfica, devido a descontinuidade da operação.(nota 6)

## **23. Benefícios a empregados - pós-emprego**

A controlada GPC Química S.A. é associada ao IHPrev Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação civil, cujo objetivo é operar planos de benefício de natureza previdenciária. O plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, cujo valor no período de 2013 da patrocinadora foi de R\$ 48 e os participantes contribuíram com R\$93, no mesmo período de 2012 a patrocinadora contribui com R\$ 619 e os participantes contribuíram com R\$ 673.

## **24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

### **a) Considerações gerais**

A Administração avalia que os riscos de concentração em instituições financeiras é baixo, pois a maior parte das operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pela Administração.

Parte representativa dos empréstimos da Companhia e controladas são para atendimento de seu capital de giro, e os valores aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Para o financiamento de longo prazo o valor de mercado foi calculado com o objetivo de obter o valor de negociação e taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Demais ativos e passivos financeiros estão representados no balanço patrimonial pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.



Para reduzir o risco de crédito, a Administração da Companhia e controladas mantém critérios definidos, mediante o estabelecimento de limites de crédito por clientes e pela revisão periódica de performance e dos saldos em aberto.

b) Concentração de risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito dos investimentos, a Companhia e suas controladas adotam políticas que restringem os investimentos que podem ser alocados a uma única instituição financeira e que levam em consideração limites monetários e avaliações de crédito da instituição financeira.

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

Controladora						
31/12/2013			31/12/2012			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado Total		
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	111	-	111	104	-	104
Saldos a receber de partes relacionadas	34.334	-	34.334	35.850	-	35.850
	<b>34.445</b>	<b>-</b>	<b>34.445</b>	<b>35.954</b>	<b>-</b>	<b>35.954</b>

  

Consolidado						
31/12/2013			31/12/2012			
Ativos Financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado Total		
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	7.098	-	7.098	18.581	-	18.581
Contas a receber	2.368	-	2.368	40.568	-	40.568
Bens e Direitos creditórios (Nota 9)	67.518	-	67.518	-	-	-
Saldos a receber de partes relacionadas	2.513	-	2.513	15.018	-	15.018
	<b>79.497</b>	<b>-</b>	<b>79.497</b>	<b>74.167</b>	<b>-</b>	<b>74.167</b>

Os principais passivos financeiros da Companhia podem ser classificados, conforme demonstrado abaixo:

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	385	122	57.583	44.526
Empréstimos e Financiamentos	55.844	53.069	234.038	246.741
Contas a pagar e parte relacionadas	12.917	8.584	18.576	14.159
	<b>69.146</b>	<b>61.775</b>	<b>310.197</b>	<b>305.426</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não registrou ativos financeiros mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda.

Demonstramos no quadro a seguir o risco de liquidez em 31 de dezembro de 2013 dos passivos financeiros consolidados:

Consolidado						
2013						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	17.912	345	39.326	-	-	57.583
Empréstimos e financiamentos	102.904	23.172	53.501	52.829	1.632	234.038
Total	120.816	23.517	92.827	52.829	1.632	291.621

d) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ▶ O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.
- ▶ As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

e) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Instrução CVM estabelece que as companhias, em complemento ao disposto no item 59 do CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados

nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$2,00 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2013. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade para 30 de dezembro de 2013.

<b>Contrapartes</b>	<b>Dívida em dólares americanos</b>	<b>Dívida em reais em 30 de dezembro de 2013</b>	<b>Cenário I - Expectativa</b>	<b>Cenário II - Dólar Futuro - BM&amp;F</b>
Moeda estrangeira	7.562	17.714	15.123	13.384
IFC	8.590	20.124	17.181	15.205
	<b>16.152</b>	<b>37.838</b>	<b>32.304</b>	<b>28.589</b>
Efeito no resultado			5.534	9.249
Taxas utilizadas		2,34	2,00	1,77

f) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Administração da Companhia não projeta efeitos significativos sobre o resultado em relação à realização dos saldos de contas a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira, devido aos pequenos valores a eles associados. Adicionalmente, ressalta-se que a parcela em moeda estrangeira do endividamento bancário consolidado não é relevante.

Adicionalmente, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	<b>Cenário provável</b>		<b>Cenário possível</b>		<b>Cenário remoto</b>	
	<b>TJLP % a.a</b>	<b>CDI % a.a</b>	<b>TJLP % a.a</b>	<b>CDI % a.a</b>	<b>TJLP % a.a</b>	<b>CDI % a.a</b>
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
<b>Posição 31/12/2013</b>	<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Provável</b>	<b>Possível</b>	<b>Remoto</b>	
195.962	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	195.962	244.953	293.943	
38.076	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	38.076	47.595	57.114	

g) Derivativos

As controladas da Companhia possuem operações de empréstimos com encargos definidos através de duplo indexador (variação cambial mais juros versus percentuais do CDI), para os quais foram contratadas as seguintes operações de swap com objetivo de reduzir o risco dos efeitos de variações cambiais:

## Contratos de swaps

CONTRATOS	VALOR DE REFERÊNCIA		VALOR JUSTO				EFEITO ACUMULADO - RESULTADO			
	POSIÇÃO	POSIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 2013		EXERCÍCIO ANTERIOR 2012		EXERCÍCIO ATUAL 2013		EXERCÍCIO ANTERIOR 2012	
	31/12/2013	31/12/2012	PARTE ATIVA	PARTE PASSIVA	PARTE ATIVA	PARTE PASSIVA	VALOR A RECEBER	VALOR A PAGAR	VALOR A RECEBER	VALOR A PAGAR
Banco HSBC - Finimp	-	846	-	-	848	853	-	-	4	-
Banco HSBC - Finimp	-	952	-	-	953	952	-	-	-	(1)
Banco HSBC - Finimp	-	861	-	-	862	861	-	-	-	(0)
Banco HSBC - Finimp	-	886	-	-	918	861	-	-	-	(57)
<b>Totais</b>			-	-	<b>3.581</b>	<b>3.527</b>	-	-	<b>4</b>	<b>(58)</b>

A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos em caráter especulativo.

## 25. Cobertura de seguros

As controladas da Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

Risco coberto		31/12/2013	31/12/2012
		reapresentado	
Lucros cessantes	Incêndio, furto	131.489	95.484
Prédios e conteúdos (próprios) + estoques e	Incêndio	629.822	660.364
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	5.700	650
Responsabilidade civil	Civil	29.500	20.000
Acidentes pessoais	Danos pessoais	14.526	1.150
		<b>811.037</b>	<b>777.648</b>

## 26. LAJIDA/EBITDA no período e acumulado

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	2013	2012
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício antes das participações minoritárias	(111.580)	reapresentado (45.197)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	46.174	(20.578)
(+) Despesas financeiras	78.904	59.960
(-) Receitas financeiras	(8.455)	(10.761)
(+) Depreciações e amortizações	22.344	25.613
<b>LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12</b>	<b>27.387</b>	<b>9.037</b>
(-) Equivalência patrimonial	(4.350)	(739)
<b>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</b>		
(-) Ajuste a valor de mercado de bens destinados a venda	(174.662)	(549)
(+) Provisão para perdas em investimentos	16.520	302
(-) Reconhecimento de créditos	(52.856)	-
(+) Operação descontinuada	124.577	-
(+) Adesão ao Refis IV	44.148	-
(+) ICMS s/ND Apolo Tubular's/Wobben	1.365	-
(+) Multa sobre impostos	7.712	5.138
(-) Venda de Imobilizado	-	(820)
<b>LAJIDA (EBITDA) ajustado</b>	<b>(10.160)</b>	<b>12.369</b>
<b>LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas</b>	<b>-2,91%</b>	<b>2,65%</b>

## 27. Remuneração dos administradores

A remuneração global destinada aos administradores da Companhia para o período de 2013 foi de R\$200, conforme definida em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de maio de 2013. Neste período os pagamentos destinados a administração somaram um valor de R\$112 contra o valor de R\$1.308 em 2012. O Conselho Fiscal recebeu a quantia de R\$65 em 2013 e 2012.

No consolidado, a remuneração global dos administradores, referente a salários, honorários e encargos sociais foi de R\$3.798 em 2013 contra R\$5.482 em 2012.

## 28. Informações por segmento

A partir de 1o de janeiro de 2013, a Companhia adotou os entendimentos previstos pelos Códigos de Pronunciamento Contábeis 19 (Revisão 2) e 36 (Revisão 3) - CPCs 19 e 36, os quais alteraram as práticas de consolidação das contas patrimoniais e de resultado. A partir desta data, passaram a ser consolidados pela Companhia apenas as contas patrimoniais e de resultado das controladas Apolo Tubos e Equipamentos

S.A. e GPC Química S.A., sendo as demais investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, conforme previsto pelo Comunicado Técnico IBRACON 03/13, as contas patrimoniais e de resultados consolidados em 30 de setembro de 2012 foram reapresentadas considerando os CPCs 19 e 36.

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas nas Notas 1 e 10.

As informações dos segmentos da Companhia no período estão incluídas na tabela a seguir:

	dez-13					dez-12				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
						reapresentado				
Receita Líquida	225.417	123.865	-	-	349.282	325.831	140.283	-	-	466.114
Lucro Bruto	15.995	20.951	-	-	36.946	37.605	28.124	-	-	65.728
Depreciação e Amortização	(20.510)	(1.789)	(45)	-	(22.344)	(23.812)	(1.771)	(31)	-	(25.613)
Lucro (Prejuízo) operação continuada	93.414	(26.117)	(93.803)	85.676	59.171	(35.458)	(20.959)	(37.037)	32.826	(60.629)
Lucro (Prejuízo) operação descontinuada	(124.577)	-	-	-	(124.577)	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(50.870)	(13.712)	(5.866)	-	(70.449)	(25.467)	(23.628)	(104)	-	(49.199)
Prejuízo antes dos impostos	93.414	(26.117)	(93.803)	85.676	59.171	(35.458)	(20.959)	(37.037)	27.680	(65.775)
IR e CS	(47.154)	92	889	-	(46.174)	11.055	9.007	515	-	20.578
Participações	-	-	-	18.666	18.666	-	-	-	8.675	8.675
Lucro (Prejuízo) Líquido	(78.317)	(26.026)	(92.914)	104.342	(92.914)	(24.403)	(11.952)	(36.522)	36.355	(36.522)
Ativo Circulante	259.195	26.868	3.414	(209)	289.268	77.425	47.390	3.847	(709)	127.953
Ativo não Circulante	318.380	147.848	115.100	(174.640)	406.689	408.748	145.856	200.792	(242.704)	512.692
Passivo Circulante	211.035	70.584	38.259	(209)	319.669	149.216	74.051	27.183	(709)	249.741
Passivo não Circulante	366.540	104.132	80.255	(174.640)	376.287	336.956	119.195	177.457	(242.704)	390.904

### **Composição do Conselho de Administração**

Presidente:	Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente:	Luiz Fernando Cirne Lima
Membro do Conselho:	Emilio Salgado Filho

### **Composição da Diretoria**

Presidente:	Alcides Morales Filho
Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores:	Emilio Salgado Filho

### **Gerente de Contabilidade**

George Abi-Rihan Cordeiro  
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20